

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves

COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

REQUERENTE							
Nome							
Estado Civil							
Idade							
Morada							
Freguesia		Código Postal			Localidade		
N.º Ident Fiscal		N.º B.I./C.C.			Válido até		
Telefone		Telemóvel			Outro		
E-mail							
Autorizo o envio de notificações por: SMS Correio eletrónico							
Na qualidade	☐ Proprietário ☐ Usufru	ıtário 🔲 Locatá	ario 🗌 Sup	oerficiário	Outro		
		REPR	ESENTANTE				
Nome							
N.º Ident. Fiscal		N.º B.I./C.C.			Válido até		
Na qualidade	☐ Mandatário ☐ Sócio-	gerente 🗌 Adm	ninistrador	Outro			
			PEDIDO				
	disposto no n.º 4, do artigo 4.						
	1-A/2024 de 27 de fevereir ra o prédio a seguir identif		a v. Exa. a	a aceitação	da comunic	ação previa das obras de	
oumouşuo pu	o prodio a cogali raciili.						
Local					N.º		
Freguesia				Área total	(m ²)		
Fração(ões)				Tipo de O	bra ^{a)}		
				^{a)} Preenc	her conforme	o n.º 4 do artigo 4.º do RJUE	
		ANTE	CEDENTES				
☐ Não existem antecedentes processuais na Câmara Municipal de Chaves para o local em questão.							
Pedido de Informação Prévia – Registo de entrada na C.M.C.				Processo N.º			
☐ Alvará de Loteamento				Processo N.º			
Outro					Processo N.º		





DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, de acordo com a Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro e demais legislação específica aplicável, **organizados pela ordem indicada no presente requerimento**.

Ass	sinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo:
	1. CD devidamente acondicionado com peças escritas e desenhadas, de acordo com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.
	 2. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira faculdade de realização da operação urbanística ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1 da portaria supracitada. 2.1. Certidão da Conservatória do Registo Predial – Código da Certidão Predial Permanente Mesmo que tenha preenchido o campo "Código da Certidão Predial Permanente" com o código de acesso à certidão permanente do registo predial sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Predial, de forma a evitar
	atrasos na apreciação caso o código contenha lapsos no seu preenchimento. 2.2. Outros Documentos
	3. Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei, exceto se estas já se pronunciaram favoravelmente no âmbito da operação de loteamento ou plano de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RJUE, caso em que é indicado o procedimento e os termos em que tal pronúncia ocorreu.
	4. Localização/Enquadramento:
	☐ 4.1. Planta de Enquadramento no PDM / PP – condicionantes (extrato).
	☐ 4.2. Planta de Enquadramento no PDM / PP – ordenamento/implantação (extrato).
	☐ 4.3. Planta de Localização e Enquadramento à escala 1/10 000 ou superior.
	☐ 4.4. Levantamento Topográfico georreferenciado.
	☐ 4.5. Termo de Responsabilidade do autor do levantamento topográfico.
	☐ 4.6. Planta de Implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
	5. Ficha Estatística do INE (Q3)
	6. Levantamento Fotográfico, a cores, da área de intervenção.
	7. Coordenação do Projeto:
	7.1. Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º5 do art. 17º do RJUE, identificando o procedimento da informação prévia.





■ 7.2. Termos de Responsabilidade, subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.
7.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
8. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos.
9. Estimativa do custo total da obra.
10. Documento comprovativo da prestação de caução.
11. Projeto de Arquitetura:
■ 11.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
☐ 11.2. Termo de Responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de arquitetura quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.
☐ 11.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
□ 11.4. Memória Descritiva, com identificação da área objeto do pedido e descrição do contexto territorial em que se insere; caracterização da operação urbanística que inclua obrigatoriamente o programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos e áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas, equipamentos e habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, quando estejam previstas, discriminando obrigatoriamente; os critérios seguidos no dimensionamento de infraestruturas, de espaços para equipamentos, de espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva, de estacionamento e de habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível; a demonstração do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias, equipamentos e habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível; quando for o caso, os fundamentos da dispensa total ou parcial de cedência para o domínio municipal das áreas destinadas às finalidades referidas na alínea anterior, nos termos dos planos territoriais aplicáveis; solução adotada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de saneamento, de gás e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais e estrutura viária adotada, específicando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamentos de veículos, incluindo as previstas em estrutura edificada, quando for o caso; enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis; enquadramento da pretensão no conjunto de servidões administrativas e restrições de utilidade pública que ocorrem na área de intervenção; enquadramento da pretensão em outras normas legais e regulamentares aplicáveis, para efeitos dos artigos 20.º e 21.º do RJUE; justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação na envolvente da área de intervenção, incluindo obrigatoriamente a forma como a operação
dos parâmetros e índices urbanísticos constantes dos planos territoriais aplicáveis, incluindo obrigatoriamente a superfície total do terreno objeto da operação urbanística e, em função da operação urbanística em causa, apresentar os valores



totais e parciais, desdobrados por edifício e por lote ou parcela, da área de implantação, da área de construção, da volumetria, do número de pisos, da altura da fachada, da altura da edificação, da área de impermeabilização, do número de fogos, do número de lugares de estacionamento, das áreas a afetar a cada um dos usos pretendidos, das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias, equipamentos e habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível. 11.6. Peças Desenhadas e Escritas, que permitam caracterizar a operação a realizar, nomeadamente planta de síntese e perfis transversais e longitudinais, cujos conteúdos devem permitir caracterizar adequadamente a operação a realizar, bem como a identificação das normas legais e regulamentares aplicáveis e a comprovação do seu cumprimento, atendendo à finalidade da operação. 12. Projeto de Estabilidade (que inclua o projeto de escavação e contenção periférica): 12.1. Declaração do autor do projeto de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa. 12.2. Termo de Responsabilidade do autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e disposições regulamentares aplicáveis. 12.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual. 12.4. Memória Descritiva e justificativa/cálculos. 12.5. Pecas Desenhadas. 13. Projetos de Instalações Elétricas: 13.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa. 13.2. Termo de Responsabilidade subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis. ■ 13.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual. 13.4. Memória Descritiva e Justificativa. 13.5. Peças Desenhadas. 14. Projeto de Instalação de Gás, quando exigível, nos termos da lei: 14.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa. 14.2. Termo de Responsabilidade subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais



e regulamentares aplicáveis.



☐ de 3	14.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	14.4. Memória Descritiva e justificativa/cálculos.
	14.5. Peças Desenhadas.
	14.6. Pedido de isenção de apresentação de Projeto de Gás.
15.	Projeto da Rede Predial de Abastecimento de Água:
nos	15.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
□ e reç	15.2. Termo de Responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais gulamentares aplicáveis.
□ de 3	15.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	15.4. Memória Descritiva e Justificativa/Cálculos
	15.5. Peças Desenhadas.
16.	Projeto de Drenagem de Águas Residuais Domésticas:
nos	16.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
□ e reç	16.2. Termo de Responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais gulamentares aplicáveis.
□ de 3	16.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	16.4. Memória Descritiva e Justificativa/Cálculos.
	16.5. Peças Desenhadas.
17.	Projeto da Rede de Águas Pluviais:
nos	17.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
☐ regu	17.2. Termo de Responsabilidade, subscrito do autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e lamentares aplicáveis.
□ de 3	17.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.





	17.4. Memória Descritiva e Justificativa/Cálculos.
	17.5. Peças Desenhadas, em escala tecnicamente adequada.
18. P	rojeto de Infraestruturas de Telecomunicações:
nos te	18.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, ermos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
□ e reg	18.2. Termo de Responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais ulamentares aplicáveis.
de 3	18.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	18.4. Memória Descritiva e Justificativa/Cálculos.
	18.5. Peças Desenhadas.
19. F	Projeto de Arranjos Exteriores:
nos to	19.1. Declaração do autor do projeto que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, ermos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.
□ e reg	19.2. Termo de Responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais ulamentares aplicáveis.
□ de 3	19.3. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	19.4. Memória Descritiva e Justificativa/Cálculos.
	19.5. Peças Desenhadas.
20. D	rireção Técnica e de Fiscalização da Obra:
☐ das d	20.1. Termo de Responsabilidade do diretor de fiscalização de obra e do diretor de obra quanto ao cumprimento disposições legais e regulamentares aplicáveis.
de 3	20.2. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de julho, na sua redação atual.
	Número do Alvará ou do Registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo IMPIC, I. P., que confira itações adequadas à natureza ou valor da obra.
	Apólice de Seguro, que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, ermos previstos na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, na sua redação atual.





23. I	Element	tos que o requerente pretenda apresentar:		
	23.1.			
	23.2.			
	23.3.			
	23.4.			
		TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS		
O Município de Chaves, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que: a) Contacto do Encarregado de Proteção de Dados epd@chaves.pt; b) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos; c) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública; d) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas; e) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei; f) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos; g) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-lo. O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.				
		PEDE DEFERIMENTO		
Assinatura		Data		
O Técnico de Atendimento procede à verificação do processo, aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que o mesmo seja devidamente instruído.				
NOTAS				



Data

O Técnico de Atendimento